

Fernando Molica

As festas de arromba-república

Daniel Vorcaro era um grande promotor de festas: fazia a alegria de moças importadas de outros estados e países, de políticos de diferentes tendências, de ministros de tribunais superiores, de sites jornalísticos, de advogados com relações de parentesco com o poder.

Era uma espécie de promotor de eventos bancados por todos nós, barrados nos grandiosos bailes, terrestres e aéreos, promovidos pelo então dono do Banco Master. Um sujeito que sabia como e quando gastar seus aparentemente infundáveis recursos. Distribuía os vales-night de acordo com os desejos e ambições de cada um, organizava tudo direitinho para que todo mundo ficasse saciado.

Cada caso é um caso, caberá à polícia e ao Ministério Público apurarem — de forma ampla, geral e irrestrita — eventuais desvios, segundas intenções e excessos em pagamentos milionários efetuados pelo Master. Seria irresponsável e injusto atribuir culpas antecipadas, mas o conjunto de evidências impressiona. Vale, por exemplo, verificar se advogados que ralavam no dia a dia do banco — e trabalho nunca lhes faltou — recebiam quantias como as repassadas para colegas próximos do poder.

A amplitude do caso, os valores dos honorários e patrocínios, a luxuosa brejuice dos eventos no exterior, as incontáveis caronas em jatinhos e as tais festas de arromba nos casarões de Vorcaro são formas possíveis graças a uma convivência-geral da república. É impressionante que os beneficiários das benesses do Master aceitassem participar das tais, digamos, algazarras.

Ninguém é inocente para ignorar que o exercício de qualquer poder atrai carinhos, ofertas e propostas indevidos. Empresários também sabem

que é possível acenar com agrados para conquistar a boa vontade de quem, em tese, deveria apenas zelar pelo bem comum, no Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas o uso constante e quase sempre impune do cachimbo da roubalheira entornou não apenas bocas, mas também uma certa consciência nacional, transformou em infinita a tolerância com práticas incorretas.

A escalada de safadezas — em todos os sentidos — só foi possível graças a uma histórica tolerância brasileira com esse tipo de jogada, algo que vem das capitâneas hereditárias, passou pelo Império, contaminou a República, inclusive, e principalmente, durante a ditadura. Quem duvida deveria ler as reportagens de 1976 do jornal O Estado de S.Paulo sobre as mordomias e o livro “Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988”, de Pedro Henrique Pedreira Campos.

Como observado pelo colega William França, aqui do Correio, o golpe do Master no BRB — Banco de Brasília, uma instituição pública — ultrapassa os R\$ 30 bilhões. O lançamento da atual missão Artemis II custou o equivalente a R\$ 22 bilhões. A grana desviada do contribuinte brasileiro seria suficiente, portanto, para mandar muita gente para o espaço.

Por aqui, não é comum jogar esse povo pro alto: a Lava Jato, apesar de ter apontado muitas trajetórias criminosas, botou tudo a perder ao se transformar em plataforma de consolidação e lançamento de carreiras políticas, acabou explodindo como foguetes na Base de Alcântara. Já passou da hora de revisar os projetos e cálculos, de retirar da órbita institucional brasileira essa gente que tanto sabota os voos do país.

Tales Faria

Alcolumbre já aceita Messias

No último dia 1º, o presidente Lula enviou ao Senado a mensagem presidencial de indicação do seu chefe de Advocacia-Geral da União para ministro do Supremo Tribunal Federal. Esta coluna veio, então, intitulada “Lula já vê Messias com votos para o STF e encara Alcolumbre”. Trouxe a seguinte informação:

“O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou à conclusão de que o advogado-geral da União, Jorge Messias, já tem votos suficientes para sua indicação como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) ser aprovada pelo Senado.”

Afinal, Lula concluiu que chegou a hora de colocar um ponto final na queda de braço com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), em torno da vaga aberta com o pedido de aposentadoria do ministro Luís Roberto Barroso, em outubro do ano passado.

Não havia mais motivos para a insatisfação que levou Alcolumbre a trabalhar contra Messias. O presidente do Senado queria seu colega Rodrigo Pacheco (então no PSD de Minas Gerais) no STF. Achou que o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT), trabalhara contra Pacheco para fazer com que Messias, seu antigo assessor, fosse o ministro.

Mas não era bem assim. Lula queria Pacheco como candidato a governador de Minas Gerais. É fundamental para a campanha à reeleição do presidente um palanque forte no estado que elegeu todos os presidentes desde a redemocratização do país.

Para isso Lula, precisava, antes, convencer Rodrigo Pacheco. Mas isto só ocorreu agora, quando o senador aceitou trocar o PSD pelo PSB, já que seu partido adotou Mateus Simões como candidato da sigla ao Palácio da Liberdade. Pacheco preferia uma vaga certa no STF em vez de concorrer

a uma vaga ainda incerta de governador. Mas Lula insistiu. Só não podia dizer publicamente que deixava de indicar o preferido de Alcolumbre para o STF porque o queria como candidato. Provocaria a recusa pública do senador.

Agora que o problema com Pacheco está resolvido e Alcolumbre não tem mais motivo para reclamar, as portas se abrem para a aprovação de Jorge Messias ao STF. Com uma vantagem: os quatro meses com que Alcolumbre protelou a sabatina serviram de tempo para Messias cabalar votos dos senadores. Ele já falou com praticamente todos. Só não revela o nome daqueles (poucos) que resistem.

Messias fez nesse tempo, com o presidente da República e os líderes governistas, um levantamento caso a caso dos votos que detém. Já contaram mais de 50 entre os 81 senadores. Bastam 41 para ter seu nome aprovado. Avaliam que podem chegar a 60.

Até o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, teve que ser chamado a atenção por senadores de seu partido ao revelar que dá como favas contadas a aprovação de Messias. Em entrevista ao portal Metrôpoles, no último dia 1º, ele afirmou:

“Não dou nem palpite no Senado. Nosso pessoal é contra. Mas não adianta ser contra porque eles têm maioria. Eles têm maioria no Senado. Têm maioria. Aprova. Pode escrever. Aprova.”

Nesta quinta-feira, 9, Alcolumbre enviou, enfim a indicação de Messias para a Comissão de Constituição e Justiça. O presidente do Senado marcou no mesmo dia entrevista coletiva de imprensa de Werton Rocha (PDT-MA), indicado por ele como relator do processo de aprovação de Messias, que anunciou o dia 29 como data da sabatina. O relator já avisou que seu parecer será favorável.

Vinícius Lummertz*

Democracia sem liberdade de caminhar nas ruas

Há uma pergunta simples que revela muito sobre o Brasil real: podemos caminhar livremente nas nossas cidades? Caminhar livremente não é um conceito abstrato, mas uma experiência concreta e cotidiana: sair a pé no início da noite, portar um celular ou um relógio, circular sem medo. Trata-se, na prática, do exercício pleno do direito constitucional de ir e vir. No Brasil de hoje, a resposta é vexatória: não podemos, ao menos nas grandes cidades.

A Constituição de 1988 assegura esse direito, mas, entre o texto e a realidade, abriu-se um abismo persistente. O brasileiro pode sair de casa, mas precisa calcular trajetos, esconder objetos, adaptar comportamentos. Caminha com cautela, mas não com liberdade. O direito formal permanece, mas o direito real “não é bem assim”. E o mais grave é que essa perda foi sendo naturalizada, como se fosse um imposto a mais, inevitável, de viver em uma sociedade desigual.

Essa contradição não é exclusiva do Brasil, mas aqui assume contornos mais agudos. Em países como os Estados Unidos ou em boa parte da Europa, apesar da criminalidade, a circulação a pé em áreas urbanas continua sendo preservada como um bem público essencial. A própria ideia de liberdade nesses países pressupõe um nível mínimo de segurança cotidiana. Sem isso, a liberdade deixa de ser concreta e se reduz a uma abstração jurídica.

No Brasil, ao contrário, assistimos à erosão gradual desse direito, acompanhada de sua racionalização. Parte do debate público, influenciado por leituras como as da filósofa Marilena Chaui, tende a enquadrar a violência urbana como consequência das desigualdades estruturais. Há elementos verdadeiros nessa leitura, mas seu uso recorrente produz um efeito colateral perigoso: a acomodação. Ao transformar a violência em explicação permanente, reduz-se a urgência de enfrentá-la como realidade concreta, cotidiana e inaceitável.

Quando um cidadão é assaltado, não se trata de uma abstração sociológica, mas de um ato direto de violência. E, cada vez mais, esses episódios estão inseridos em cadeias organizadas, com receptação, logística e lucro. O furto de um celular deixou de ser um evento isolado e passou a integrar um mercado criminoso sofisticado, frequentemente muito mais estruturado do que as próprias vítimas.

Nesse ponto, o economista Amartya Sen oferece uma chave essencial: desenvolvimento é a expansão das liberdades reais. E poucas são tão básicas quanto a possibilidade de caminhar sem medo. Quando essa liberdade elementar é restrin-

gida, todas as demais passam a ser limitadas. Ou seja, caminhar em público é também um direito civil.

Ao contrário, o Brasil parece ter firmado um pacto silencioso, no qual a segurança deixa de ser direito universal e passa a funcionar como privilégio. Multiplicam-se soluções privadas para um problema público: condomínios fechados, carros blindados, vigilância particular. Quem pode se protege; quem não pode, se adapta. A desigualdade deixa de ser apenas renda e passa a ser também acesso à liberdade controlada.

Essa realidade já influencia o comportamento dos brasileiros. Durante décadas, milhões viajaram ao exterior movidos sobretudo por diferenças de preços. Hoje, embora esse fator ainda exista, há uma mudança mais profunda: viaja-se também para experimentar algo básico, a liberdade de caminhar. Cidades como Miami, Lisboa, Madrid ou Paris oferecem não apenas consumo ou atrações, mas a possibilidade de ocupar o espaço público com tranquilidade. Essa qualidade, conhecida como walkability, tornou-se um ativo decisivo na escolha de destinos.

O mesmo fenômeno ajuda a explicar, dentro do Brasil, o sucesso de destinos como Balneário Camboriú e Gramado. Mais do que paisagem ou infraestrutura turística, esses lugares oferecem algo essencial e cada vez mais raro: a possibilidade de caminhar. A liberdade cotidiana transformou-se em diferencial competitivo, em ativo econômico e em fator de atração humana.

Isso nos leva à pergunta central: pode ser considerada plena uma democracia na qual o cidadão não pode caminhar livremente? Não é razoável, não é aceitável e não é compatível com uma sociedade que se pretende democrática que o direito mais básico de todos, o de ir e vir, exista apenas no papel. Não se trata de negar as causas profundas da violência, nem de simplificar um problema complexo, mas de recusar sua normalização.

Sem segurança, a liberdade torna-se seletiva, e quem mais sofre são os mais vulneráveis. E, quando o medo passa a organizar a vida cotidiana, a democracia mantém sua forma, mas perde conteúdo. E medo não é sintoma democrático, mas sim de autocracias.

Recuperar o direito de caminhar não é uma pauta lateral. É o teste mais simples e mais honesto de uma democracia. Enquanto não pudermos caminhar livremente pelas ruas, ainda estaremos longe de ser, de fato, uma sociedade livre.

***Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**